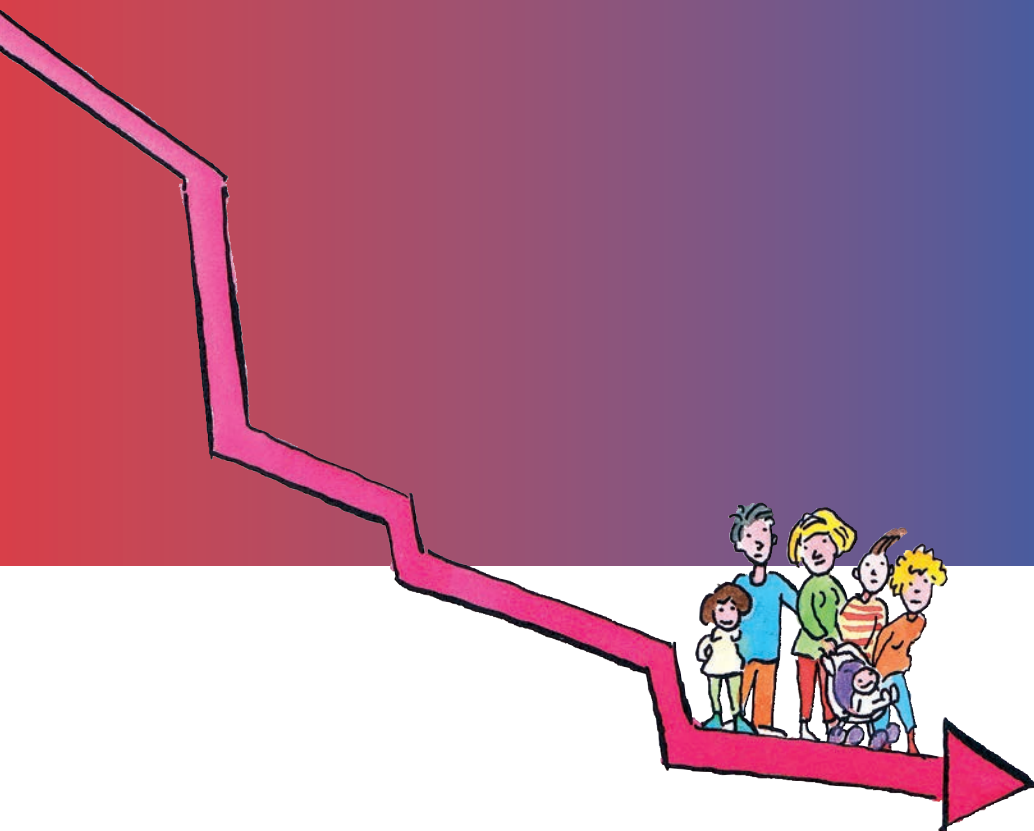


# Trabalhar e viver após a crise





Com o apoio da União Europeia

## **Aviso legal**

**Editor:** Centro Europeu para Assuntos dos Trabalhadores, Königswinter  
[www.eza.org](http://www.eza.org)

**Autora:** Sarah Prenger

**Design:** HellaDesign, Emmendingen

**Ilustração:** © Klaus Puth, Mühlheim/Main, [www.klausputh.de](http://www.klausputh.de)

**Tradução:** Paulo Gago Martins

**Impressão:** Druckerei Eberwein, Wachtberg-Villip

**Edição:** Março de 2017

# Índice

Prefácio	4	
<b>1</b>	<b>Introdução</b>	<b>6</b>
<b>2</b>	<b>Contexto</b>	<b>8</b>
<b>3</b>	<b>Resultados dos seminários</b>	<b>13</b>
3.1	Encontrar um equilíbrio entre flexibilidade e segurança: jovens trabalhadores em busca de soluções sustentáveis	13
3.2	O papel dos sindicatos na obtenção de bons postos de trabalho, no que respeita a garantia de conciliação do emprego e da vida privada	14
3.3	Incerteza e precariedade - Como vivem e trabalham os jovens na Europa	16
3.4	Família e Instabilidade Social – Como conciliar as dificuldades familiares com falta de condições económicas, elevado desemprego, falta de emprego para jovens e as migrações?	18
3.5	As alterações no mundo do trabalho: fenómenos, causas e efeitos na vida do trabalhador	19
3.6	„Inverno demográfico“: conciliação da profissão e família para jovens trabalhadoras, um meio de reforço das estruturas do diálogo social a nível nacional e europeu	21
3.7	Futuro e sustentabilidade dos sistemas públicos europeus de segurança social	23
<b>4</b>	<b>Recomendações para organizações de trabalhadores</b>	<b>26</b>
<b>5</b>	<b>Bibliografia</b>	<b>28</b>

## Prefácio

A crise financeira e económica na Europa teve repercussões graves para os trabalhadores e suas famílias. Por um lado, na maioria dos países europeus, o desemprego aumentou, tendo as oportunidades no mercado de trabalho para desempregados de longa duração, jovens e mulheres baixado significativamente. Por outro lado, a qualidade e a sustentabilidade das condições de trabalho diminuiriam e as relações laborais precárias e atípicas, o trabalho temporário, o falso trabalho independente e o trabalho ilegal aumentaram.

O objetivo da série de seminários „Trabalhar e viver após a crise“ era demonstrar as consequências destes desenvolvimentos nos mercados de trabalho europeus para os trabalhadores e para toda a sociedade. Além das consequências económicas, os seminários alertaram repetidamente para o aumento da incerteza: para planos de vida a longo prazo, como a constituição de família, para os indivíduos e, ao nível da sociedade global, para a garantia de sistemas de segurança social mais competentes. Foi dado especial ênfase às mudanças demográficas, designadas durante um seminário da série de projetos como „um inverno demográfico“.

Além disso, foram desenvolvidas recomendações de ações para organizações de trabalhadores. Os participantes dos eventos pretendiam organizações de trabalhadores mais fortes e inclusivas, que também se abrem aos desempregados de longa duração e aos falsos trabalhadores independentes. Uma exigência adicional prende-se com a redução do horário de trabalho, de modo a que mais trabalhadores tenham a oportunidade de participar no mercado de trabalho.

Gostaria de agradecer aos centros de membros EZA que contribuíram para o projeto (ZD N.Si, UNASM, JOC Europe, LOC/MTC, EBCA, FIDESTRA e C.F.T.L)

pela sua participação ativa e pelo seu empenho especial. Além disso, devo um agradecimento especial a Sarah Prenger, presidente da Jeunesse Ouvrière Chrétienne Internationale (Juventude Operária Cristã Internacional), que dirigiu a coordenação do projeto, o impulsionou em termos de conteúdo, efetuou a avaliação dos resultados e editou o relatório final aqui disponível.

A Direcção-Geral do Emprego, dos Assuntos Sociais e da Inclusão da Comissão Europeia apoiou as nossas atividades, tanto no conteúdo como a nível financeiro.

Com os resultados e recomendações de ações desta brochura pretendemos apresentar sugestões para o trabalho diário das organizações de trabalhadores e dos seus divulgadores. Quaisquer sugestões e observações relativas a estas questões prementes para todos os trabalhadores europeus serão sempre bem-recebidas. No verso desta brochura poderá encontrar os nossos dados de contacto.

Boas leituras!

*Sigrid Schraml*  
*Secretária-Geral, EZA*

# 1 Introdução

„Trabalhar e viver após a crise“ é o título de uma coordenação de projeto realizada no âmbito do programa de formação „Diálogo social europeu“ do Centro Europeu para Assuntos dos Trabalhadores (CEAT) no ano académico de 2016. As consequências para as condições de trabalho e a procura de emprego, os sistemas de proteção social, as famílias e o desenvolvimento demográfico, os jovens e específicas de género foram analisados sob diferentes pontos de vista. Não obstante as diferentes abordagens, tornou-se claro que a crise teve e continua a ter impactos significativos em cada um destes aspetos da vida privada e nas estruturas sociais.

Especificamente, foram realizados os seguintes seminários:

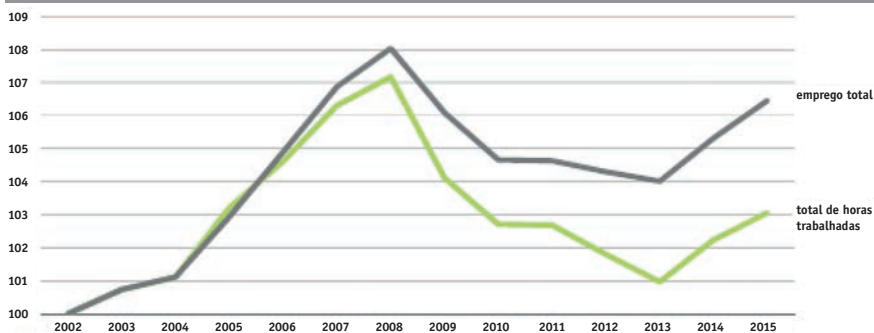
- Encontrar um equilíbrio entre flexibilidade e segurança: jovens trabalhadores em busca de soluções sustentáveis (15.04. – 17.04.2016 em Ljubljana / Eslovénia), organizado pela ZD NSi (Združenje delavcev Nove Slovenije)
- O papel dos sindicatos na obtenção de bons postos de trabalho, no que respeita a garantia de conciliação entre o emprego e a vida privada (25.05. – 28.05.2016 em Ohrid / ARJ da Macedónia), organizado pela YHACM - UNASM - UIATUM (União de associações profissionais independentes da Macedónia)
- Incerteza e precariedade - Como vivem e trabalham os jovens na Europa (25.09. – 02.10.2016 em Herzogenrath / Alemanha), organizado pelos Jovens trabalhadores cristãos da Europa (JOC Europe)

- Família e Instabilidade Social – Como conciliar as dificuldades familiares com falta de condições económicas, elevado desemprego, falta de emprego para jovens e as migrações? (06.10. – 09.10.2016 em Coimbra / Portugal), organizado pela LOC/MTC (Liga Operária Católica - Movimento de Trabalhadores Cristãos)
- As alterações no mundo do trabalho: fenómenos, causas e efeitos na vida do trabalhador (27.10. – 30.10.2016 em Ávila / Espanha), organizado por ECWM - EBCA - MTCE (European Christian Workers Movement)
- „Inverno demográfico“: conciliação da profissão e família para jovens trabalhadoras, um meio de reforço das estruturas do diálogo social a nível nacional e europeu (27.01. – 29.01.2017 em Lisboa / Portugal), organizado por FIDESTRA (Associação para a Formação, Investigação e Desenvolvimento Social dos Trabalhadores)
- Futuro e sustentabilidade dos sistemas públicos europeus de segurança social (9-12.2. 2017 no Porto / Portugal), organizado pelo CFTL (Centro de Formação e Tempos Livres)

## 2 Contexto

Durante o período de coordenação do projeto e após anos de recessão e de aumento do desemprego, foram diagnosticados sinais de redução dos números de desempregados. Contudo, o Instituto Sindical Europeu (ETUI) salienta uma diferença relevante entre o crescimento efetivo do trabalho remunerado e a redução do número de desempregados, considerando o crescimento do emprego a tempo parcial na Europa:<sup>1</sup>

Figura 2.8. Tendências em matéria de emprego e número total de horas trabalhadas (Índice 2002=100) (UE28)



Fonte: Eurostat (ELFS), ifsa\_ewhals; ifsa\_oftpt; próprios cálculos

O desenvolvimento demográfico, devido ao qual o número absoluto dos trabalhadores ativos remunerados baixará em toda a Europa nos próximos anos, não deve ser negligenciado, dado que altera a relação entre os postos de trabalho existentes e os candidatos a emprego, sem que se verifique um aumento do trabalho remunerado. No geral, o desemprego na maioria dos estados-membros da UE em 2016 foi superior a 2008. Com 18,7% (4,21 milhões) de desempregados, o desemprego entre os jovens era significativamente superior à média; naturalmente, também superior à média de 2008

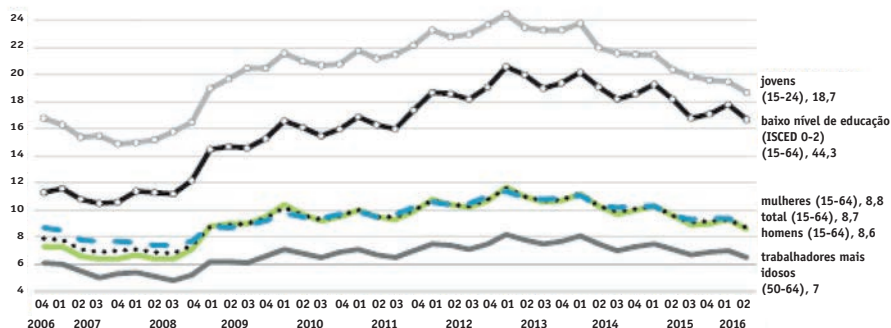
1 ETUI (2016): Labour market and social developments In: Benchmarking Working Europe, [www.etui.org/content/download/26427/248573/file/Chapitre+2.pdf](http://www.etui.org/content/download/26427/248573/file/Chapitre+2.pdf), Acesso: 24.3.2017, doravante citado: ETUI: labour, p. 28.



(15,2%, 4,02 milhões). Segundo o ETUI, em toda a Europa, no ano de 2016, um em cada três jovens estava empregado - 10% menos que em 2008.<sup>2</sup>

Um segundo grupo com desemprego significativamente superior à média era constituído por trabalhadores pouco qualificados, com uma média de 16,7%, contrastando fortemente com os 12% anteriores a 2008:<sup>3</sup>

Figura 2.3. Taxas de desemprego por idade, nível de educação e género (UE28)



Fonte: Eurostat (ELFS), ifsa\_urgaed

Tão importante como a quantidade do trabalho remunerado é o desenvolvimento da sua qualidade. No geral, é necessário falar do aumento significativo do trabalho atípico e precário na Europa. Devido a este desenvolvimento, a Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho (Eurofound) alerta para o facto de „o trabalho remunerado ter deixado de garantir bem estar [económico, S.P.]“<sup>4</sup>. O emprego precário inclui o trabalho a termo certo, que aumentou 25% nos UE27 entre 2001 e 2012<sup>5</sup>, enquanto a

2 Vd. *ibid.*, p. 29.

3 Vd. *ibid.*, p. 25.

4 Eurofound (2015): Families in the economic crisis: Changes in policy measures in the EU, Publications Office of the European Union, Luxembourg., doravante citado: Eurofound, p. 63.

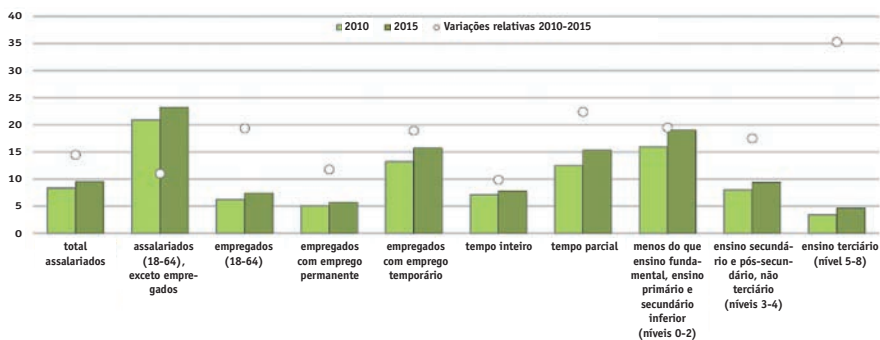
5 Vd. Parlamento Europeu - Policy department C: Citizen's rights and constitutional affairs (2016): Differences in men's and women's work, care and leisure time, pdf,

[http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2016/556933/IPOL\\_STU%282016%29556933\\_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2016/556933/IPOL_STU%282016%29556933_EN.pdf), Acesso: 25.3.2017, doravante citado: Ipol, p. 19.

percentagem dos trabalhadores com trabalho sem termo após um ano de trabalho a termo, tal como descrito pelo ETUI com base em dados do Eurostat, desceu entre 2008 e 2016.<sup>6</sup>

O risco de pobreza, apesar do emprego, é um problema cada vez mais grave.<sup>7</sup> Em 2015 o risco mais elevado de rendimentos familiares inferiores a 60% do rendimento médio, residia no grupo dos trabalhadores independentes, seguido dos pouco qualificados, empregados a termo e empregados a tempo parcial. No grupo dos trabalhadores independentes, que apresentava o maior risco já em 2010, verificou-se um aumento de 11 % de 2010 a 2015.<sup>8</sup> O nível de risco dos restantes grupos mencionados aumentou igualmente: no caso dos empregados a tempo parcial em 22 % e nos empregados a termo em 19%. No geral, o risco aumentou ligeiramente em todos os grupos profissionais, apesar de não ter aumentado tão significativamente como no grupo dos altamente qualificados: Em 2015, o seu risco era superior a 2010 em 35 %.<sup>9</sup>

Figura 2.15. Risco de taxas de pobreza (& de população) no trabalho e variações relativas dos respetivos níveis (%) UE28



Fonte: Eurostat (EU-SILC), ilc\_iw04, ilc\_iw01, ilc\_iw05, ilc\_iw07; próprios cálculos

Um tema adicional discutido no âmbito da coordenação do projeto foi a conciliação da vida profissional e da vida privada ou a conciliação das seguintes

6 ETUI, p. 27.

7 Eurofound, p. 63.

8 ETUI, p. 33.

9 Vd. ibid.

três esferas: em primeiro lugar, a esfera do trabalho remunerado, em segundo a esfera do trabalho não remunerado, onde se incluem as tarefas relacionadas com a prestação de cuidados e domésticas e a participação em atividades comunitárias e, em terceiro, a esfera do tempo livre. A influência destas esferas entre si aumentou, de modo que é possível falar-se de um conflito entre a vida profissional e a vida privada<sup>10</sup> na Europa. Este conflito, bem como uma pressão (de tempo) constante são apenas dois dos efeitos negativos dos desenvolvimentos dos últimos anos.<sup>11</sup>

Por outro lado, nem os papéis de género tradicionais nem as suas consequências, como as diferenças de salário e a segregação horizontal e vertical do mercado de trabalho, perderam relevância. Consequentemente, são as mulheres as maiores beneficiárias de medidas de proteção estatal e as mais afetadas pelas políticas de austeridade dos últimos anos.<sup>12</sup>

Independentemente da atividade remunerada, o perigo de exclusão social e pobreza aumentou também na Europa; em 2013 foram afetados mais 4,8 milhões de cidadãos europeus do que no ano de 2008.<sup>13</sup> Entre outros, afetou sobretudo famílias monoparentais e famílias com vários filhos; a pobreza infantil aumentou em 19 estados-membros desde 2008.<sup>14</sup> Na sequência de políticas de austeridade no âmbito da política para as famílias, foram reduzidos benefícios sociais (isenções fiscais, subsídios) e implementadas menos medidas relativas a interrupções do trabalho devido a questões familiares. Segundo a Dr.<sup>a</sup> Konstantina Davaki, isto pode ser interpretado como indício de que a conciliação da vida profissional com a vida privada continuava a ser considerada uma prioridade.<sup>15</sup>

---

10 Ipol, p. 6.

11 Vd. *ibid.*, entre outros.

12 Vd. *ibid.*

13 Vd. Eurofound., p. 1.

14 Vd. *ibid.*, p. 62.

15 Vd. *ibid.*

Este é um breve resumo de alguns dos temas abordados em particular no âmbito da coordenação do projeto. Além disso, é de notar que, embora não constitua um ponto central de qualquer dos seminários, foi discutida a chegada de refugiados à UE em 2015 e 2016 (até Novembro de 2015 verificaram-se 1,34 primeiros registos, até Novembro de 2016, 1,31 milhões<sup>16</sup>). Além disso, os resultados das eleições em alguns estados-membros, indicam ceticismo relativamente à União Europeia, o que causou preocupação e foi também abordado.

---

<sup>16</sup> Vd. ETUI, p. 30.

## 3 Resultados dos seminários

### 3.1 Encontrar um equilíbrio entre flexibilidade e segurança: jovens trabalhadores em busca de soluções sustentáveis

15.04. – 17.04.2016 em Ljubljana / Eslovénia, organizado pela ZD NSi

Como base da busca descrita no título, os participantes de oito países europeus diferentes debruçaram-se sobre a situação dos jovens no mercado de trabalho e com o fenómeno da incerteza. Foi dado uma ênfase especial ao falso trabalho independente. Demonstrou-se claramente que uma boa formação não oferece proteção contra o trabalho precário. Pelo contrário, os contratos de trabalho (fictícios) foram considerados mecanismos para atribuição a longo prazo da responsabilidade das contribuições para a segurança social unicamente ao trabalhador. Foram também identificadas consequências negativas para os empregadores, uma vez que a falta de identificação com o local de trabalho implica um decréscimo na eficiência e criatividade dos trabalhadores. Finalmente, a partilha de um trabalhador por diferentes empregadores significava também um potencial fluxo de informações entre estes.

No geral, a „geração jovem“, mais afetada pela crise, foi considerada uma „vítima do mercado financeiro“, dado que o sistema político não corrigiu as falhas do mercado. Ficou claro que as causas do desenvolvimento não residem unicamente ao nível da legislação. Assim, foi criticada a falta de cumprimento de alguma da legislação de proteção dos trabalhadores. Em muitos estados-membros faltam estruturas para implementação da garantia jovem europeia, que não é suficientemente conhecida.

Em suma, considera-se necessário um acompanhamento da flexibilidade do mercado de trabalho através de medidas sociopolíticas. Foi debatida também a introdução de um sistema de proteção social europeu sem base no trabalho remunerado. Além disso, os sistemas de formação contínua deverão transmitir competências sociais. As empresas, instituições de ensino e responsáveis políticos deverão trabalhar em conjunto para preparar os jovens para o mercado de trabalho. Devido às diferentes condições gerais, cópias do sistema de formação dual alemão e austríaco não foram consideradas úteis. Além disso, foram debatidas reduções do horário de trabalho, como a redução das 40 para 30 horas semanais. Esta redução foi sugerida tanto como abordagem geral como uma medida específica para trabalhadores mais velhos, que poderiam assumir o papel de mentores dos mais jovens.

### **3.2 O papel dos sindicatos na obtenção de bons postos de trabalho, no que respeita a garantia de conciliação do emprego e da vida privada**

**25.05. – 28.05.2016 em Ohrid / ARJ da Macedónia, organizado por YHACM - UNASM - UIATUM**

Os participantes da ARJ da Macedónia, Albânia, Bulgária, Montenegro, Turquia e Kosovo discutiram o tema da conciliação das diferentes áreas da vida à luz do horário de trabalho e das medidas legais e regulamentações especiais para as tarefas relacionadas com a vida familiar. Estes temas foram colocados num contexto diretamente relacionado com a igualdade de género. A este respeito, foram determinadas grandes diferenças específicas de género no acesso ao mercado de trabalho e à formação em países individuais.

O título do seminário não deve ser interpretado no sentido de os sindicatos possuírem a função de garantir postos de trabalho. Foi considerada sua tarefa a representação dos trabalhadores e a garantia de padrões indispensáveis

para a sociedade e as pessoas. Para este efeito, é necessário aumentar a influência dos sindicatos na região. Por exemplo, verificou-se uma grande ênfase nas necessidades dos postos de trabalho no contexto do equilíbrio entre o trabalho e a vida privada. O trabalho a tempo parcial não é solução devido aos salários reduzidos associados. Um passo para o reforço da eficácia das organizações de trabalhadores seria, segundo o presidente da UNASM, Slobodan Antovski, uma cooperação mais estreita entre as mesmas.

Uma conclusão comum a todos os participantes, relativamente à situação do seu próprio país, foi a implementação deficiente da legislação relativa à proteção do trabalho ou da conciliação entre a família e a profissão, nomeadamente no contexto da harmonização com os quadros legais da UE. Aqui foi salientada a necessidade de ação por parte dos sindicatos no que respeita estas deficiências e a necessidade de criação de instituições de controlo governamentais.

Além disso, foram discutidos os desafios do desemprego, nomeadamente do desemprego entre os jovens. Verificou-se um grande interesse nos exemplos de países da Europa Ocidental. No geral, chegou-se à conclusão de que é necessário desenvolver soluções adequadas a cada realidade.

Foram também discutidos os sistemas tributários dos respetivos países e criticada a tributação demasiado semelhante a grupos populacionais ricos e menos ricos e reivindicados impostos com caráter progressivo.

No geral, a necessidade do reforço do diálogo social na região é bastante evidente. Outras recomendações de ação estão relacionadas com medidas para a divisão dos trabalhos relacionados com o cuidado das famílias e a redução do horário de trabalho geral. As horas extraordinárias devem ser monetariamente compensadas com taxas mais elevadas. Também foi considerada a necessidade de incentivos direcionados a jovens mulheres no geral e, em concreto, a mulheres empresárias.

### 3.3 Incerteza e precariedade - Como vivem e trabalham os jovens na Europa

**25.09. – 02.10.2016 em Herzogenrath / Alemanha, organizado pela JOC Europe**

Representantes de Portugal, França, Alemanha, Luxemburgo, Espanha e Ucrânia discutiram as experiências dos jovens europeus face às oportunidades - se existentes - de trabalho, muitas vezes apenas de caráter precário. As suas formas são várias e perfeitamente comparáveis tal como diferentes formas de contrato a termo, a contratação por empresas de trabalho temporário, trabalho a tempo parcial involuntário e o setor sujeito a salários reduzidos. O trabalho remunerado informal como fenómeno em crescimento foi também discutido, bem como a degradação de sistemas de proteção social e o retrocesso dos salários reais. As consequências são igualmente congruentes: falta de perspetivas, sentimento de incerteza permanente com efeitos no envolvimento social e político e na disponibilidade para a criação de família, doenças do foro mental e recuo nos hábitos de consumo, bem como a clara perda de confiança nas instituições democráticas e nos partidos políticos. Por último, a desigualdade é suportada pelas estruturas. Os presentes criticaram, assim, tanto as diferentes condições dos membros dos diferentes sexos (a desigualdade salarial entre mulheres e homens e a segregação horizontal e vertical do mercado de trabalho) e a marginalização dos migrantes. A crescente desigualdade entre ricos e pobres foi considerada especialmente surpreendente. Como Luc Cortebeek demonstrou, o capital das 62 pessoas mais ricas do mundo aumentou 44% desde a crise, enquanto o das mais pobres diminuiu 41%. 50 % dos rendimentos obtidos nos últimos 15 anos beneficiaram apenas o 1% dos mais ricos.

Segundo um intercâmbio com representantes de outros continentes, o desenvolvimento das condições de trabalho dos jovens é comparável a nível



mundial. As interações globais devem ser observadas aquando da análise das causas. As cadeias de valor globais no geral e, concretamente, as empresas europeias transnacionais foram discutidas como exportadoras de trabalho precário.

De uma perspetiva cristã e humana, os presentes criticaram abertamente esta realidade, dado que o ser humano deve ser o objetivo de todo o desenvolvimento e produção, em vez de um objeto para a maximização de lucros. De igual forma, o dinheiro não deve ser a medida da dignidade humana. No entanto, o sistema global é um entrave à responsabilidade dos jovens por um comportamento ético. Também não devem existir desigualdades com base no género, nacionalidade ou cor da pele. Os representantes de associações de trabalhadores (jovens) cristãos apresentaram relatos de raiva e frustração no seio dos seus membros.

A urgente humanização da realidade requer um envolvimento ativo de (jovens) trabalhadores, um maior sentido de responsabilidade entre os consumidores e o reforço das organizações de trabalhadores. Em simultâneo, devem ser tomadas medidas políticas estruturais, nomeadamente nos setores do trabalho precário e informal, no que respeita a desigualdade de género e a marginalização de pessoas de origem migrante. Exigiram-se mais relações de trabalho normais, bem como uma redução significativa do desemprego, a abolição do trabalho informal e uma modificação do trabalho subcontratado para que os trabalhadores subcontratados recebam salários superiores aos trabalhadores efetivos, para compensação do nível de incerteza. Os rendimentos devem também ser adaptados ao crescimento da produtividade e as medidas fiscais devem garantir a justiça social. Este é um aspeto importante da proteção social, considerada requisito fundamental de uma vida digna. Não menos importante, os presentes exigiram reformas urgentes das cadeias de valor e estruturas transnacionais sob o ponto de vista dos processos globais.

### **3.4 Família e Instabilidade Social – Como conciliar as dificuldades familiares com falta de condições económicas, elevado desemprego, falta de emprego para jovens e as migrações?**

**06.10. – 09.10.2016 em Coimbra / Portugal, organizado pela LOC/MTC**

No debate da questão formulada no título falou-se do ponto de vista das famílias, o que, na sociedade de hoje é visto como algo positivo. Tornou-se claro que as famílias de hoje conferem estabilidade e assumem a responsabilidade pelos seus membros. Devido à sua grande utilidade social, devem ser incentivadas independentemente da sua forma concreta.

O desemprego e as relações laborais instáveis causam instabilidade para as famílias. De igual forma, as migrações associadas à situação económica possuem efeitos evidentes nas famílias, dado que a situação de um único membro afeta sempre a restante família. A pobreza infantil foi também abordada como consequência do empobrecimento das famílias, mesmo em países considerados ricos.

Assim, o trabalho digno apresenta-se como um pressuposto importante para uma vida familiar normal. Também deve ser dedicado mais tempo ao trabalho com as famílias.

No geral, exigiu-se o reforço da consciência cultural dos direitos sociais da família e medidas sociais e políticas concretas favoráveis às famílias. Além disso, a distribuição da riqueza obtida com o trabalho remunerado foi questionada, dado que deve garantir-se trabalho digno a todos. Tal será possível em conjunto com outras organizações sociais que coloquem em primeiro lugar as pessoas e a distribuição justa da riqueza. Especialmente os jovens,

após o final da escolaridade obrigatória, necessitam de garantias de ocupação, estabilidade e segurança. É também necessário reforçar o diálogo social, em que os parceiros sociais possuam plena consciência da primazia das pessoas e da relevância das políticas favoráveis às famílias.

### **3.5 As alterações no mundo do trabalho: fenómenos, causas e efeitos na vida do trabalhador**

**27.10. – 30.10.2016 em Ávila / Espanha, organizado por ECWM - EBCA - MTCE**

O processo de digitalização foi apontado como aspeto importante das mudanças do mundo do trabalho, contribuindo para a aceleração constante e, assim, para a pressão sobre os indivíduos, bem como para a substituição de trabalhadores pela tecnologia.

No geral, os participantes diagnosticaram uma crise ocupacional e climática na Europa. A primeira exprime-se de forma clara através do desemprego e do desemprego entre os jovens, bem como pelo aumento do desemprego de longa duração desde 2008. Também são motivos de preocupação a pressão crescente sobre o trabalho e a formação, a precariedade das relações laborais e o problema dos „trabalhadores pobres“. Estes desenvolvimentos têm consequências significativas não só na autoestima dos trabalhadores, mas também efeitos sociais drásticos. Estes incluem incertezas crescentes no seio da população, bem como a falta de oportunidade para a constituição de famílias e de envolvimento social. A digitalização fomenta não só a individualização, mas também coloca novos desafios às organizações de trabalhadores no que respeita a representação dos seus interesses. Como é possível organizá-las no caso de Crowdfunding? Foi identificada uma divisão crescente dos trabalhadores causada pelos processos de precariedade, enquanto a riqueza diminui. Foi também abordado o problema crescente da marginaliza-

ção social, que afeta sobretudo os desempregados de longa duração, os trabalhadores pobres, as famílias monoparentais e os migrantes. Estes grupos, tal como a restante sociedade, são os mais afetados pelos cortes orçamentais políticos relacionados com a proteção social que, por seu lado, afetam a „privatização da vida social“.

Na sequência da análise das razões para este desenvolvimento, Pedro Fuentes (sociólogo e representante da Caritas) aponta que o número de marginalizados aumentou significativamente com a crise, embora antes da crise existissem já dois terços dos marginalizados sociais de hoje. Assim, não deve ser analisada apenas a crise, mas a globalidade do sistema económico atual. Além disso, a pressão imposta pela situação de desemprego para aceitar qualquer posto de trabalho foi também identificada como causa dos desenvolvimentos, como uma crença na flexibilização cada vez mais comum entre os formuladores de políticas. Além disso, a crescente separação dos passos de trabalho dificulta a responsabilização dos empregadores pelos funcionários.

No contexto da doutrina cristã do bem comum, foi criticada a noção do PIB como valor médio. Segundo o princípio da personalidade, o ser humano deve ser o objeto da economia e das instituições sociais. De igual forma, o princípio da subsidiariedade apresenta o desafio de distinguir entre o que pode e o que não pode ser regulado por uma unidade „própria“. O princípio implica não só o incitamento à auto-ajuda mas, também, à obrigação da intervenção das esferas mais elevadas caso necessário. Com a encíclica „Laudato Si“, o princípio da sustentabilidade tornou-se um princípio social e ético, que não permite considerar isoladamente o ser humano e a ecologia. O princípio da solidariedade foi assinalado como a união entre o amor ao próximo e a justiça. Os debates sociais com base em casos individuais que, no fundo, estão relacionados com as estruturas, são irrelevantes.

Para terminar com a contradição pública entre a realidade e os valores, a EBCA exigiu, no final do seminário, uma distribuição justa da riqueza e do trabalho remunerado. Pediu também medidas de proteção ambiental e a conformidade com princípios da sustentabilidade nas decisões políticas e económicas. Cada consumidor tem também a responsabilidade de tomar as suas próprias decisões de forma consciente. Além disso, os presentes condenaram a marginalização de migrantes e refugiados. Em concreto, foram sugeridas medidas para a distribuição do horário de trabalho, como a sua redução, bem como para separação dos sistemas de proteção social do trabalho e para a concretização da introdução de um rendimento mínimo garantido.

### **3.6 „Inverno demográfico“: conciliação da profissão e família para jovens trabalhadoras, um meio de reforço das estruturas do diálogo social a nível nacional e europeu**

**27.01. – 29.01.2017 em Lisboa / Portugal, organizado pela FIDESTRA**

Durante este evento, os representantes de organizações europeias de trabalhadores debateram a situação demográfica na Europa no contexto da discriminação com base no género. Por exemplo, foram abordadas as crises demográficas em Portugal, Bulgária, Sérvia e Roménia, bem como as causas e consequências da segregação vertical e horizontal do mercado de trabalho, evidente no momento da entrada no mercado de trabalho, quando as jovens mulheres se deparam com grandes dificuldades em encontrar trabalho remunerado devido a uma potencial gravidez. A discriminação de mães no mercado de trabalho é ainda superior à verificada contra mulheres sem filhos. No exemplo português, verificou-se, durante a crise, uma intensificação da discriminação com base no género no acesso ao trabalho remunerado. Foi também debatida a consequência muito negativa das interrupções do trabalho

para a proteção da terceira idade. Estas consequências da maternidade levaram a que mesmo mulheres com boa formação acadêmica optassem por não ter filhos.

As relações de trabalho inseguras e os salários baixos dos jovens foram também apontados como causa adicional do desenvolvimento demográfico. A mobilidade é um desafio adicional para as famílias jovens, dado que os pais ou irmãos deixam de poder prestar apoio familiar, sendo este da sua única responsabilidade. O enfraquecimento dos sistemas sociais foi também criticado e foi colocada a questão do porquê da economia ter prioridade sobre a proteção social.

A igualdade e justiça devem estar relacionadas com o princípio da dignidade, visto que uma solução comum indigna não é solução alguma. De forma a criar uma tal situação digna e justa, foram sugeridas medidas para a conciliação da família com a vida profissional, como instituições de acolhimento de crianças, apoios governamentais a jardins de infância e creches, bem como, por exemplo, a criação de salas de amamentação e creches no local de trabalho. De igual forma, exigiu-se um incentivo a licenças de paternidade, bem como a distribuição igualitária do trabalho doméstico entre homens e mulheres. Também é necessário tomar em consideração os cuidados a idosos.

Uma abordagem diferente coloca a questão se, considerando o desemprego elevado, será aconselhável seguir um modelo concentrado no trabalho remunerado e um modelo concentrado nas tarefas familiares. Tornou-se claro que as tarefas familiares possuem uma importância social tão elevada como o trabalho remunerado, e que este modelo, tal como qualquer outro, deveria estar disponível como uma possibilidade de escolha sem que os respetivos papéis sejam definidos pelo género. Além disso, esta possibilidade define claramente a existência de rendimentos que permitam a subsistência de uma família, e surge como solução para a proteção da velhice, embora não resolva os desafios das famílias monoparentais.

Na generalidade, a liberdade de escolha é tida como fundamental. Para tal, a Europa necessitaria de igualdade de oportunidades, suportada por uma política de conciliação da vida familiar e profissional, o que contribuiria para a melhoria do desenvolvimento demográfico da Europa.

### **3.7 Futuro e sustentabilidade dos sistemas públicos europeus de segurança social**

**09.02. – 12.02.2017 no Porto / Portugal, organizado pelo CFTL**

Os representantes de diferentes organizações portuguesas, espanholas, belgas, francesas, italianas e alemãs consideraram os sistemas europeus de segurança social e a proteção social o „coração da Europa“ e um „motivo de orgulho legítimo“. Os mecanismos sociais da divisão devem ser preservados e defendidos de forma correspondente. Tal também se aplica à sua universalidade, dado que as condições das minorias são, em simultâneo, indicador e condição importante para o bem estar de uma sociedade.

No entanto, a exclusão social, pobreza e enfraquecimento dos direitos dos trabalhadores mostram deficiências na proteção social. A crise e o desemprego daí resultante, bem como as políticas de austeridade, foram considerados motivos para as mesmas. A precariedade propriamente dita, não é um fenómeno recente. A „novidade“ reside no facto de a precariedade não se verificar apenas nas margens da sociedade, mas em toda a classe média. Além disso, mesmo as relações laborais normais estão sujeitas a cada vez mais pressão e a menor proteção social e, conseqüentemente, a precariedade. Estes processos podem ser ainda mais agravados pela globalização e digitalização.

Os representantes apontaram o desenvolvimento demográfico e o individualismo cultural como um desafio adicional. Por isso, a grande questão é como preservar a proteção social, tendo em vista estes desafios.

O reforço do valor da solidariedade foi considerado imprescindível. Foi também discutida a necessidade de aumento dos impostos, bem como a implementação de um alargamento dos impostos em lugar do aumento da carga fiscal. Assim, as empresas com atividades no estrangeiro devem continuar a participar no financiamento de tarefas sociais.

Discutiu-se se as dívidas representam um meio comprovado de garantia dos direitos civis, na perspetiva dos países ricos apresentarem também uma dívida pública elevada, bem como os desafios apresentados pelos reembolsos das dívidas públicas. Foi também abordada a necessidade de cortes para preservação dos sistemas de segurança social. Os migrantes foram apontados como solução possível do problema demográfico, pressupondo o investimento na formação, por exemplo, em cursos de línguas.

Devido à relação estreita entre a proteção social e o trabalho remunerado, os presentes consideraram este último como um importante campo de ação. Foram sugeridas reduções do horário de trabalho, como a implementação de uma semana de 36 horas, bem como o aumento do salário mínimo.

Em simultâneo, foi discutida de forma intensiva a ideia de um rendimento mínimo garantido. Os proponentes salientaram a existência de trabalhos sociais necessários, realizados sem qualquer compensação monetária. Outros consideraram a obtenção de dinheiro sem trabalhar como imoral e receiam o aumento da inflação, pelo que os primeiros responderam que um rendimento mínimo não seria financiado pelo aumento do dinheiro. No geral, a garantia de habitação, saúde e participação nos sistemas democráticos foram consideradas funções do estado, devendo ser implementada com ou sem um rendimento mínimo.



Houve acordo sobre a necessidade de um diálogo social inclusivo e transparente, bem como de sindicatos fortes e inclusivos, direcionados também a grupos alvo como os desempregados e os marginalizados sociais.

## 4 Recomendações para organizações de trabalhadores

Independentemente dos pontos centrais dos respetivos seminários, hoje em dia as condições de vida e trabalho na Europa são preocupantes. As políticas de austeridade dos últimos anos não originaram melhorias reais. Pelo contrário, pioraram ainda mais as consequências da crise.

Existe, assim, uma grande necessidade de ação, tendo sido desenvolvidas em cada seminário abordagens e medidas concretas. Estas são descritas individualmente em cada relatório (ver capítulo 3). No entanto, foi discutido amplamente um fenómeno sem que tenham sido desenvolvidas opções de ação correspondentes: o cumprimento deficiente de normas legais nos locais de trabalho. Devido à menção repetida de tais casos, residem aqui desafios a nível estrutural que devem ser urgentemente analisados e discutidos publicamente pelas organizações de trabalhadores. Além disso, as instituições públicas devem ter tanto a responsabilidade como o interesse claro na sua prossecução.

Caso contrário, irei limitar-me devido à descrição detalhada das opções de ação desenvolvidas no terceiro capítulo às medidas recomendadas com bastante frequência na sequência da coordenação do projeto. Verificou-se grande unanimidade na necessidade da proteção social como garantia de uma vida digna, justiça social e paz social na Europa. De igual forma, esta requer organizações de trabalhadores fortes e um diálogo social real e eficaz.

A situação do mercado de trabalho contradiz os valores humanos e, tal como demonstrado por centros de inspiração cristã, os valores cristãos. A este respeito foram discutidas inúmeras propostas de reforma concretas para

regulação do mercado de trabalho (ver capítulo 3). O apelo para a redução do horário de trabalho foi um resultado frequente da análise. Esta é recomendada sob o aspecto da redução do desemprego, como também sob uma perspectiva de uma melhor conciliação da vida profissional e da vida privada. Além disso, as medidas para conciliação da família e da vida profissional e para o fomento da igualdade de gênero parecem necessárias, tanto de um ponto de vista ético como dos requisitos demográficos.

Por outro lado, não parece haver acordo no que respeita a introdução de um rendimento mínimo garantido. No entanto, como tem vindo a ser discutido com frequência (ver capítulo 3), são necessários debates sérios, incluindo reflexões relativas às consequências e possíveis conceitos de financiamento, visto que a estreita relação entre o trabalho remunerado e a proteção social é uma questão cada vez mais importante.

## 5 Bibliografia

**Eurofound** (2015): Families in the economic crisis: Changes in policy measures in the EU, Publications Office of the European Union, Luxemburgo.

**ETUI** (2016): Labour market and social developments In: Benchmarking Working Europe,  
[www.etui.org/content/download/26427/248573/file/Chapitre+2.pdf](http://www.etui.org/content/download/26427/248573/file/Chapitre+2.pdf),  
Acesso: 24-03-2017.

**Parlamento Europeu - Policy department C** (2016): Citizen's rights and constitutional affairs: Differences in men's and women's work, care and leisure time,  
[http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2016/556933/IPOL\\_STU%282016%29556933\\_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2016/556933/IPOL_STU%282016%29556933_EN.pdf), Acesso: 25-03-2017.